

AS ESQUERDAS E O PROCESSO CONSTITUINTE BRASILEIRO DE 1933-34: PROJETO E AÇÃO POLÍTICA

Ricardo Figueiredo de Castro*

Resumo: Nos anos de 1933 e 1934 - durante o processo de instalação e funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte - a esquerda paulista, liderada pela trotskista Liga Comunista, implementou uma experiência de unificação de suas tendências para intervir no processo constituinte. A principal conquista desta unificação foi a criação da Frente Única Antifascista que conseguiu barrar em São Paulo o avanço da ameaça fascista.

Abstract: In 1933 and 1934 during the process of installation and operation of the Brazilian Constituent Assembly the left of São Paulo State, headed by the Trotskyist Liga Comunista [Communist League], succeeded in unifying its tendencies to interfere in the constituent process. The main conquest of this unification was the creation of the Frente Única Antifascista [Antifascist Unique Front] that succeeded in stopping the progress of the fascist menace in São Paulo State.

Palavras-chave: Brasil - Trotskismo - Oposição de Esquerda - Frente Única Antifascista (FUA) - Liga Comunista (LC) - Partido Comunista do Brasil (PCB) - Partido Socialista Brasileiro (PSB) - Mário Pedrosa - Lívio Xavier - Assembléia Nacional Constituinte - Constituição de 1934.

* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 2	55-88	1995
------------------------	---------------	------	-------	------

1. Introdução

Os anos 30 foram cruciais para a história do Brasil pois redefiniram a natureza da dominação burguesa e do modo de produção capitalista.

A década de 30 inicia-se com um golpe de Estado prontamente transformado ideologicamente na chamada Revolução de 30 (Fonseca, 1989: 145). Esta não é a Revolução Burguesa, mas o seu aprofundamento, o seu ponto de inflexão, quando ocorrem substanciais mudanças na forma e na natureza da dominação burguesa (Fonseca, 1989: 240-243).

O período inaugurado com a Revolução de 30 e que se estende até 1945 caracteriza-se como um período de transição entre a hegemonia da burguesia agrária e a hegemonia da burguesia industrial. Apesar de ser um período de crise de hegemonia, o Estado brasileiro já é burguês, sem que, no entanto, nenhuma das frações de classe da burguesia consiga impor seu domínio às demais (Fonseca, 1989: 323-324).

A Revolução de 30 seria burguesa não só pelas suas propostas, como também pelos seus agentes e, mais ainda, por suas conseqüências, posto que ela inaugura um novo tipo de desenvolvimento capitalista (Fonseca, 1989: 145-6), por meio de importantes mudanças: (a) no campo econômico, a industrialização sofre mudanças qualitativas e quantitativas; (b) no campo político, uma alteração da correlação de forças entre as classes, ou seja, um novo pacto de poder; e (c) no campo social, uma nova perspectiva para o tratamento da “questão” operária e para a questão da participação política dos “setores médios” (Fonseca, 1989: 28). Além disso, essas mudanças são definidas a partir do fortalecimento do poder burguês (Fonseca, 1989: 28). Outrossim, apesar de não ter ainda internalizado o motor de sua reprodução, o que só ocorrerá na década de 50, o capitalismo já é o modo de produção hegemônico no Brasil (Fonseca, 1989: 28).

O projeto burguês que saiu vitorioso nesse processo teve que levar em conta o peso específico da classe operária, articulando uma política que

tivesse um discurso que lhe fosse atraente e, simultaneamente, escapasse de seu domínio. No pós-30 o projeto burguês conferiu ao Estado a função de formular e articular a “palavra” dos trabalhadores (Gomes, 1988: 23).

Del Roio (1990: 315-316) afirma que a burguesia não foi capaz de viabilizar um projeto de democratização da sociedade e da economia que redefinisse o caráter excludente do liberalismo no Brasil. Ao Estado coube a tarefa de viabilizar e implementar o projeto burguês. Ainda segundo Del Roio (1990: 12, 13, 316 *ess.*), a própria classe operária não conseguiu viabilizar uma alternativa nacional-popular de revolução burguesa que, ao ampliar e generalizar a cidadania, impedisse ou, pelo menos, dificultasse a implementação do projeto burguês que concedeu ao Estado o papel de definidor e condutor da hegemonia burguesa em meio a crise de hegemonia entre suas frações.

A revolução burguesa no Brasil definiu-se, então, pela “via passiva”, ao conferir ao Estado um papel regulador da vida social e econômica, absorvendo as contradições da formação social. Entretanto, como afirma Carlos N. Coutinho (1988: 132), as tendências “ocidentalizantes” que davam condições para a independência da sociedade civil¹ frente à sociedade política², vinham se desenvolvendo desde a década de 20. Estas tendências foram obstaculizadas em parte pela solução “pelo alto” que foi o golpe da Aliança Liberal. No entanto, a modernização capitalista, iniciada com a

¹ Sociedade civil “designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.” (Coutinho, 1985: 60-61).

² Sociedade política “ (...) designa precisamente o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; trata-se assim dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis.” (Coutinho, 1985: 60).

Revolução de 30, não suprimiu os pressupostos objetivos da autonomização da sociedade civil que já haviam sido criados (Coutinho, 1988: 132). A concretização de aparelhos privados de hegemonia, isto é, os resultados subjetivos da sociedade civil, podiam ser barrados, como o foram no Estado Novo, mas não suprimidos (Coutinho, 1988: 132).

Na conjuntura imediatamente posterior à Revolução de 30 as frações de classe dominantes alijadas do poder lutam pela participação na formulação dos caminhos políticos do novo regime (Gomes, 1980 e 1986). São Paulo é o estado da federação que mais merecerá a atenção de Getúlio, na tentativa de solucionar a discrepância entre as orientações de seu governo e as aspirações políticas da oligarquia³ paulista - a que mais perdeu politicamente com o novo regime. Os interventores indicados por Getúlio não conseguem conter as insatisfações paulistas que se consubstanciam na palavra de ordem da convocação de uma Assembléia Constituinte. Essa insatisfação explode na chamada Revolução Constitucionalista de 32. A oligarquia paulista é derrotada no campo de batalha mas vence politicamente: Getúlio é forçado a convocar o processo constituinte. Consegue, porém, intervir no processo de modo que vendeu caro a sua derrota: Getúlio será o grande articulador por trás dos debates constituintes (Gomes, 1980).

Os anos de constitucionalização que vão de 1933 a 1934 serão, assim, de grande agitação e turbulência (Gomes, 1986: 12) na nascente sociedade civil brasileira, sobretudo na paulista. A crise de hegemonia no Estado brasileiro e as idas e vindas de Vargas para resolver o problema da resistência da oligarquia paulista, entre outros fatores, propiciaram as condições para que a nascente sociedade civil paulista criasse, nesse período, canais de intervenção política, como as várias organizações políticas que então

³ Entendemos oligarquia como “uma *situação de poder* em que são estabelecidas regras ou normas, legais ou por tradição, que permitem a um mesmo grupo dirigente perpetuar-se no poder, ou só abri-lo a outros grupos com seu expresse consentimento” (Fonseca, 1990: 142).

surgiram e as manifestações privadas ou públicas que ocorriam periodicamente. Igualmente, permitiu que o fascismo crescesse e se expandisse, com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), e que as esquerdas se organizassem e agitassem a capital paulista. São Paulo presenciou neste período, mais do que outro lugar no Brasil, a agitação das esquerdas.

Entre as esquerdas surgiu então a Frente Única Antifascista (FUA), liderada pela Liga Comunista⁴. Acreditamos que a FUA foi uma possibilidade histórica de intervenção no processo constituinte que teria criado condições para uma revolução burguesa de caráter nacional-popular, ainda que não fosse esse o seu objetivo.

2. A Constituinte e as esquerdas

Na conjuntura por nós analisada, 1933-1934, a esquerda brasileira era hegemônica politicamente pelo PCB. No entanto, em São Paulo o partido não tinha inserção política. Isso se explica pelos seguintes fatores: (a) historicamente, São Paulo era um Estado onde o partido não conseguia se estabelecer orgânica e politicamente, apesar de tentativas da direção nacional desde o final da década de 20 em reverter esse quadro. O PCB permanecia ainda um partido muito ligado a capital federal, com alguns núcleos isolados, como os de Pernambuco, de São Paulo e do Rio Grande do Sul (Castro, 1993); (b) o PCB passava por um profundo processo de renovação em seus

⁴ A Liga Comunista foi a organização fundada em janeiro de 1931 por militantes do PCB que se opunham, sobretudo, à política de alianças e sindical do partido. Filiavam-se à Oposição de Esquerda internacional, criada e liderada por Leon Trotsky. Autodenominavam-se “bolcheviques-leninistas” e eram pejorativamente denominados “trotskistas” pelo PCB. Para maiores detalhes ver Castro (1993: cap. 3).

quadros (obreirismo) e em sua perspectiva política (Del Roio, 1990: cap. IV), o que dificultava sua inserção orgânica efetiva nos movimentos de massa nesse período; (c) em maio de 1932 o Comitê Central do PCB é desmantelado pela repressão getulista (Dulles, 1977: 398) levando alguns meses para se recompor, ainda que precariamente. Apenas durante o ano de 1934 é que o partido conseguirá efetivamente organizar uma direção nacional (Vianna, 1992: 191).

Desse modo, no período analisado São Paulo tornou-se o *locus* privilegiado das oposições e da campanha pró-Constituinte. Por motivos diversos a oligarquia paulista e a esquerda não-pecebista (a Liga Comunista e o PSB, principalmente) lutaram pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Assim, o objetivo principal deste texto é analisar preliminarmente a posição teórica e a ação política dos principais membros da esquerda paulista frente à questão da Constituinte e à problemática que lhe é subjacente: a concepção sobre a estrutura econômico-social brasileira, sua revolução burguesa e sua via revolucionária socialista.

Analisaremos basicamente a Liga Comunista, que foi o principal grupo de esquerda paulista neste período, conseguindo tirar do PCB a hegemonia política em São Paulo por um breve espaço de tempo ao propor, organizar e liderar a formação da Frente Única Antifascista (FUA) que, ainda que se direcionasse contra a ameaça fascista, conseguiu arregimentar a esquerda em torno da idéia de frente das esquerdas, configurando-se como uma antecessora histórica da Aliança Nacional Libertadora, que se organiza a partir das bases políticas desenvolvidas pela FUA. Como contraponto analisaremos, tangencialmente, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) de São Paulo.

O PCB, segundo Del Roio (1990: 316), apesar de ser a organização ligada à classe operária com mais condições de viabilizar a realização de uma alternativa nacional-popular que barrasse a solução excludente, não

conseguiu fazê-lo. Esta alternativa havia sido gestada na política do grupo dirigente liderado por Astrojildo Pereira que não sobreviveu à década de 20. Entre 1930 e 1935, a instabilidade orgânica do PCB que se segue e a ascensão da direção partidária prestista-stalinista inviabilizou de vez essa possibilidade histórica. A visão insurrecional desta nova direção consubstanciada no Levante Comunista de 35 contribuiu para viabilizar a consolidação da ordem burguesa “pelo alto”.

Entre 1930 e meados de 1934 o PCB sofre um profundo processo de reorganização. O grupo dirigente liderado por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, que se gestara nos anos 20, é dissolvido e um novo grupo dirigente, o “prestista-stalinista”⁵ só se organizará por ocasião da I Conferência Nacional do PCB em julho de 1934. Nesse ínterim, o partido passa por uma instabilidade orgânica, com a sucessão de vários secretários-gerais, e, conseqüentemente, política. O grupo dirigente partidário dos anos 20 - herdeiro da tradição anarquista e sindical e organizado em torno de Astrojildo e Brandão e da oposição de finais da década (Mário Pedrosa, Lívio Xavier etc.) - é substituído por uma direção partidária, portadora de uma nova “cultura política” (a “prestista-stalinista”) e que se organizará em torno de Luís Carlos Prestes (Del Roio, 1990 e Castro, 1993). Enquanto isso, nesses quatro anos o PCB é um corpo sem cabeça.

Essa instabilidade orgânica reflete-se na concepção que o partido tinha da formação social brasileira e de sua via revolucionária. O documento final do III Congresso do PCB de fins dos anos 20 é criticado pelo Comintern que impõe uma outra análise. Esta permanecerá até a I Conferência de julho de 1934.

As resoluções do III Congresso consideram o Brasil um país “de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, ainda que

⁵ Termo com o qual Del Roio (1990: 15) designa a direção que ascende ao Comitê Central do PCB em meados da década de 30, “surgida dos simpatizantes do prestismo e, ao mesmo tempo, fiel à orientação stalinista vigente na IC”.

‘politicamente’ independente” (Del Roio, 1990: 72). A análise pecebista é superficial e subestima o grau de desenvolvimento capitalista no Brasil. Ainda assim mostra o amadurecimento de uma perspectiva que vinha se gestando no partido há alguns anos, a partir da análise de Octávio Brandão em seu livro *Agrarismo e Industrialismo*.

O III Congresso considera ainda que “(...) o Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração das grandes massas camponesas”. O desenvolvimento econômico é travado pelo imperialismo que também fez a burguesia desistir de sua “função revolucionária”. O projeto de aliança pecebista dirige-se para a pequena-burguesia e o “golpe principal do movimento revolucionário deveria ser voltado contra a dominação imperialista” (Del Roio, 1990: 73).

A partir da intervenção do Comintern sobre o PCB em 1929/1930 a proposta do III Congresso de aliança com a pequena burguesia é criticada e substituída pelas análises sectárias do VI Congresso do Comintern (1928). Através do seu Secretariado Sul-Americano o Comintern impõe ao PCB a teoria do “social-fascismo” que considerava a social-democracia braço esquerdo do fascismo, o “terceiro período” que previa uma nova onda revolucionária a partir de uma catástrofe iminente do capitalismo e a “classe contra classe” que inviabilizava qualquer aliança política que não fosse “pela base” (Del Roio, 1990: 118-119).

Assim, a política de alianças do PCB não mais considera a pequena burguesia como aliada. As forças impulsionadoras da revolução “antiimperialista, antifeudal e democrática” seriam agora “o proletariado, a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres” (Del Roio, 1990: 138). Urgia então, segundo Del Roio (1990: 200):

“preparar, através de greves e manifestações, as bases para uma revolução popular, operária e camponesa, agindo quase que exclusivamente no movimento social e descartando qualquer

política de alianças estratégicas ou táticas, por localizadas que fossem”.

Quanto ao processo revolucionário, o PCB previa uma revolução burguesa de caráter agrário e antiimperialista que, com a liderança do partido levaria a revolução burguesa a se transformar numa revolução socialista através da agitação e do ataque às instituições da democracia burguesa. Lembramos ainda que o partido compartilhava da perspectiva do Comintern da iminente catástrofe do capitalismo e previa o “terceiro período” que considerava que uma terceira revolta, popular e revolucionária, se seguiria às revoltas tenentistas dos anos 20.

Desse modo, o partido lançava improperios contra a idéia de uma Assembléia Constituinte, considerada uma “grande tapeação” (Vianna, 1992: 185), ou, como afirma Del Roio (1990: 200), “apenas um paliativo que favorecia a reaglutinação das classes dominantes”. Em dezembro de 1931, por exemplo, o PCB lança um documento intitulado *Contra a Constituinte dos ricos* (Carone, 1982: 131-132) no qual a frente única (pela base) é colocada como o único caminho revolucionário. Marly Vianna (1992: 185) lembra que essa frente única nunca chegou a sair da retórica. Inclusive, o PCB fez o que pôde para que a FUA não vingasse ou, pelo menos, que caso ela tivesse sucesso, ele fosse creditado à sua ação. Lembramos que o PCB fez uma convocação para o contra-comício de 7 de outubro de 1934 que expulsou os integralistas da Praça da Sé mesmo quando este já havia sido convocado pela FUA, tentando assim tirar vantagens políticas (Abramo, 1984).

O PCB além de ter uma perspectiva insurrecional do processo revolucionário tendeu, então, a abstrair o potencial revolucionário das massas e, voluntaristicamente, a partir da ascensão do grupo prestista-stalinista na I Conferência Nacional (em julho de 1934), a imaginar a insurreição cada vez mais enquanto função de um grupo de elite armado (os militares) que, ao desferir um golpe certo no poder constituído, desencadearia a ação insurrecional das massas (Vianna, 1992: 57-59). Diríamos que o Levante de

35 seria a realização desse projeto revolucionário. Destarte, a concepção revolucionária pecebista além de insurrecional, como a da LC, pregava a luta armada.

Como afirma Del Roio (1990: 213):

“Nessa visão ‘ofensivista’ induzida pela concepção staliniana do ‘terceiro período’ como crise insuperável do capitalismo, plantada num ambiente cuja cultura política via nos golpes de força voluntaristas a forma de fazer história, como aquela consubstanciada no prestígio, forjou-se uma síntese míope da questão da democracia como terreno mais propício para a luta da classe operária, não só para suas reivindicações econômicas, mas também para se propor como classe dirigente. A relativa subestimação do integralismo, que nem ao menos é citado no manifesto da Conferência Nacional, está relacionada à subestimação da questão democrática” [grifos nossos].

A outra organização política importante nesse período em São Paulo foi o Partido Socialista Brasileiro (PSB) de São Paulo. Em 1933, graças à nova legislação eleitoral, surgem vários partidos no Brasil (Gomes, 1986: 29) e vários deles procuram mostrar uma perspectiva socialista. Na maioria absoluta dos casos estão ligados a tenentes (Carone, 1991: 95). O PSB de São Paulo será o que terá maiores desdobramentos (Carone, 1991: 98). A primeira experiência foi feita sob o patrocínio do interventor Waldomiro Lima que procurava formar uma base de apoio em São Paulo para vãos políticos próprios (Gomes, 1988: 269 *ess.*). Esse PSB caracteriza-se como um partido social-democrata que pregava conquistas trabalhistas dentro das propostas tenentistas de cooperação entre capital e trabalho; mas, segundo Francisco Frola “(...) representava melhor uma coalizão de grupos pessoalmente favoráveis ao General do que um verdadeiro partido de massas” (citado em Carone, 1991: 100).

A segunda fase do PSB se inicia em janeiro de 1934. Agora o PSB busca na tradição marxista o referencial teórico-político, retomando de certo modo o Manifesto-Programa redigido por Francisco Frola e outros em janeiro de 1932 e que não se transformou em partido.

O Manifesto deste novo PSB é de dezembro de 1933, assinado entre outros por Francisco Frola, que seria como que um elo que ligaria este novo PSB ao Manifesto-programa de 1932 e ao PSB de Waldomiro Lima. Este novo PSB em seu Manifesto “denuncia os males do sistema capitalista” (Carone, 1991: 101). O documento não realiza uma análise mais pormenorizada da formação social brasileira mas inscreve-se claramente na tradição socialista, constatando inclusive a existência da luta de classes, que deverá ser extinta futuramente. No entanto, diferentemente do PCB e da LC, “aceita a liberal democracia como quadro de luta política, declarando que, uma vez atingido o pleno poder, promoverá o novo ordenamento jurídico da propriedade (...). Enquanto isso lutará por melhor sorte do proletariado, como melhores salários, sindicatos livres etc.”. Esse manifesto mostra uma concepção de transição socialista que buscava sair da esfera ideológica comunista pregando uma via mais lenta, não abrupta, por meios institucionais, procurando respeitar a liberdade. Ou seja, este PSB coloca-se como a vertente reformista da cultura política da esquerda marxiana de então, enquanto o PCB e a LC compartilham da mesma visão bolchevique, de ruptura revolucionária. O PSB em sua defesa da política institucional como forma de garantir melhorias para os trabalhadores levará o partido a apoiar a sua inserção nos debates sobre a Constituinte, apesar da sua fraqueza organizacional impossibilitar uma ação conseqüente de seus deputados. Ainda assim, o PSB será o maior aliado e braço direito da LC na criação e expansão da FUA.

3. A Liga Comunista e a formação social brasileira

Pode-se dizer que as principais bandeiras de luta da Liga Comunista foram: a) a convocação de uma Assembléia Constituinte em bases democráticas e a luta pela eleição de deputados comunistas que defendessem um programa mínimo; b) a unidade sindical para o combate a lei nº 19.770 que instituía a intervenção estatal no movimento sindical; c) a luta antifascista contra o integralismo; e d) a unidade das forças de esquerda na frente única, nas ruas e no Parlamento. Estas bandeiras de luta se explicam pela perspectiva revolucionária dos oposicionistas e pela própria política do PCB.

Ainda como Grupo Comunista Lenine, a Oposição de Esquerda produziu aquela que seria a primeira tentativa de compreender a história da introdução do modo de produção capitalista na formação social brasileira: *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*,⁶ redigido por Mário Pedrosa e Lívio Xavier e editado em outubro de 1930 (Abramo & Karepovs, 1987: 66-82). Marcos Del Roio (1990: 171) reconhece que, naquela conjuntura, esta foi “a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira”. Este ensaio juntamente com o *Projeto de teses sobre a situação nacional*⁷ (Abramo & Karepovs, 1987: 143-169) são os trabalhos da Oposição de Esquerda brasileira que nos permitem conhecer as interpretações sobre a realidade brasileira que norteavam a ação política da Liga Comunista no período por nós estudado. O *Projeto de teses* é de 1933 e afigura-se como um aprofundamento das questões levantadas pelo *Esboço*, de outubro de 1930, ao retomar e desenvolver teses, além de citar literalmente alguns trechos.

⁶ A partir de agora, apenas *Esboço*.

⁷ A Partir de agora, apenas *Projeto de teses*

Estes dois documentos⁸ demonstram que seus autores tinham um mínimo de conhecimento da teoria econômica marxista contida em *O Capital*. Lembramos que Mário Pedrosa, um dos autores do texto de 1930, tinha conhecimentos da língua alemã, além de ter estudado, nos anos 20, teoria econômica na Alemanha. Outro que conhecia o alemão e poderia ter lido *O Capital* foi Rodolfo Coutinho, que nos anos 20 estudara na URSS. Aristides Lobo e Lívio Xavier, o outro autor do *Esboço*, também tinham conhecimentos de línguas estrangeiras, além de serem tradutores: o primeiro traduziu *O estado e a Revolução* de Lenin e o segundo *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* de Hegel (Konder, 1988: 200).

Diferentemente do que afirma Carlos Guilherme Mota (1980: 123), segundo o qual no início da década de 30 “ninguém nunca leu *O Capital*”, parte do grupo dirigente da LC já havia lido *O Capital* ou, pelo menos, conhecia o fundamental de sua contribuição (Castro, 1993: 110).

O fato é que *Esboço* apresenta uma análise que leva em conta conceitos como modo de produção, formação social, meios de produção, acumulação primitiva de capital, propriedade privada, expropriação dos meios de produção. Embora seja apenas um esboço, o que é explicitado no próprio título, esse trabalho consegue analisar minimamente as condições históricas concretas da introdução do capitalismo na formação econômica brasileira, em construção. Há, pois, nesse curto ensaio uma sensibilidade teórica em articular o abstrato do modo de produção com o concreto da formação econômica. O texto consegue definir satisfatoriamente a especificidade do capitalismo brasileiro em relação ao seu caráter universal. Essas mesmas características estão presentes no *Projeto de teses*, que, inclusive, já cita e edição francesa de *A revolução permanente* de Trotsky. Marx é mencionado nos dois textos, sendo que nesse trabalho é o próprio livro III de *O Capital* que é citado.

⁸ Tanto eles quanto todos os outros documentos políticos da Liga Comunista (seção brasileira da Oposição de Esquerda) analisados a seguir foram extraídos de Abramo & Karepovs (1987).

Como, então, a Liga Comunista entendia a formação econômico-social brasileira? Os dois textos oposicionistas acima citados nos ajudarão a fornecer a resposta.

Segundo o *Esboço* (citado em Abramo & Karepovs, 1987: 66-67)

“o modo de produção capitalista e a acumulação - e, por conseqüência, a propriedade privada capitalista - foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo”.

A oferta ilimitada de terras teria colocado um entrave à acumulação e ao modo de produção capitalistas:

“Tendo sempre o colono livre a possibilidade de tornar-se proprietário de seu meio de produção, isto é, podendo o trabalhador acumular por si próprio, torna-se impossível a acumulação e o modo de produção capitalistas. Ali está a contradição que a burguesia da metrópole deveria resolver - ‘o segredo de sua floração e de sua gangrena’ (Marx)”.

A solução teria sido encaminhada pela intervenção do Estado:

“A dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção, teve de ser criada por meios artificiais: a apropriação da terra pelo Estado, que a converteu em propriedade privada, e a introdução da escravidão indígena e negra; numa palavra a colonização sistemática” (Abramo & Karepovs, 1987: 67).

São ainda formuladas as características particulares da “formação econômica e política do Brasil na América Latina”:

“Trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades quanto nos campos [...]” (Abramo & Karepovs, 1987: 69).

No próximo trecho antecipa-se, de certa forma, a formulação que Caio Prado Jr. fará anos depois acerca da natureza da economia colonial:

“O Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola colonial. Seu caráter de exploração rural precedeu historicamente sua organização como Estado” (Abramo & Karepovs, 1987: 67-68).

E de acordo com o ulterior *Projeto de teses* (citado em Abramo & Karepovs, 1987: 152), “desde a sua primeira colonização, o Brasil não foi mais que uma vasta exploração rural tropical”.

No Brasil, segundo o *Esboço*, a acumulação primitiva de capital teria perpassado a transição do trabalho escravo para o livre:

“No Brasil, a acumulação primitiva do capital fez-se de maneira direta: a transformação da economia escravista em salariado do campo se fez diretamente e o afluxo migratório, que já começara antes da abolição da escravatura, teve como objetivo oferecer braços à grande cultura cafeeira. Produziu-se aqui, portanto, o que Marx chama de “uma simples troca de forma” (In: *Esboço*, citado em Abramo & Karepovs, 1987: 67).

Mas no *Esboço* não é explicitado qual seria o modo de produção hegemônico no Brasil colonial. A acumulação primitiva de capital indica que o capitalismo não se estabeleceu plenamente. Essa questão é indicada no *Projeto de teses*. Segundo este, no período colonial teria predominado um certo “feudalismo colonial” (Abramo & Karepovs, 1987: 157), no qual, como vimos, introduziam-se as relações de produção capitalistas e realizava-se a acumulação primitiva de capital.

Seria apenas no Segundo Império, através da cultura do café, que as condições da produção capitalistas conseguiriam se desenvolver plenamente:

“Toda a história econômica e social do Segundo Reinado não é senão a história das tentativas dos senhores de terra de adaptarem-se às condições da produção capitalista”

[...]

“O desenvolvimento capitalista do Brasil tornou necessária a transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado. A “mudança de forma” de que fala Marx processou-se aqui de modo direto. A escravidão tornara-se um empecilho à libertação das forças produtivas. [...] O desenvolvimento da cultura do café nas províncias do centro-sul é um desenvolvimento tipicamente capitalista.” (In: *Projeto de Teses*, citado em Abramo & Karepovs, 1987: 154-155).

A economia escravista teria, assim, propiciado o desenvolvimento das forças produtivas plenamente capitalistas:

“Integraram-se na fazenda de café as condições essenciais a uma grande exploração agrícola moderna, ainda com as vantagens decorrentes de um meio geográfico e histórico excepcional. Terras virgens, ausência da renda fundiária pela confusão do proprietário territorial com o capitalista dono da exploração numa única pessoa, o conseqüente emprego de todo o capital da empresa no melhoramento da cultura, e sobretudo, o estabelecimento da monocultura, forma especializada de produção que, pelo emprego simultâneo de todos os meios econômicos num objetivo único, desenvolve aceleradamente o fundo de acumulação. Geraram-se, assim, determinadas pelo gênero de exploração da terra, isto é, ‘decorrentes não só do aumento da produtividade social mas também da maior produtividade natural do trabalho, ligado às condições naturais’ (Marx), todas as formas de desenvolvimento capitalista, na escala nacional: crédito, dívida pública, sistema hipotecário, comércio importador, rede ferroviária, desenvolvimento urbano etc.” (Abramo & Karepovs, 1987: 155).

No *Esboço* e no *Projeto de teses* afirma-se que a burguesia paulista enriquecida com o café impôs a República e, através dela, implantou sua hegemonia através do sistema federativo (Abramo & Karepovs, 1987: 70 e 155 - respectivamente).

Será então com a República que o capitalismo se espalhará pelo território brasileiro:

“Mas o processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo território brasileiro e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias.” (In: *Esboço*, citado em Abramo & Karepovs, 1987: 74).

No entanto, essa penetração do capitalismo é seguida de uma maior integração com a economia mundial e ao imperialismo:

“À medida que progride economicamente, o Brasil integra-se cada vez mais à economia mundial e entra na esfera de atração imperialista.” (Abramo & Karepovs, 1987: 72).

E quais são os desdobramentos disso na economia nacional e para a burguesia nacional? Ainda segundo o *Esboço* (citado em Abramo & Karepovs, 1987: 74)

“a penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista”.

Em vista disso, a burguesia não tem condições não só de viabilizar a unidade nacional sem que oprima o proletariado (In: *Esboço*. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 81) nem muito menos de instituir plenamente a democracia burguesa. Portanto, na época do imperialismo, a burguesia é ameaçada tanto pelo imperialismo quanto internamente pelo “fantasma da luta de classe proletária” (Abramo & Karepovs, 1987: 74). A burguesia seria,

pois, politicamente incapaz, covarde e portadora de um “reacionarismo cego e velhaco” (Abramo & Karepovs, 1987: 74).

Na análise específica sobre o Brasil o *Projeto de teses* (citado em Abramo & Karepovs, 1987: 159) analisa a crise da Aliança Liberal como uma luta entre frações burguesas pelo controle do Estado federal, disputa essa inserida na questão do desenvolvimento desigual do capitalismo e no imperialismo:

“Assim, sob a dominação da burguesia a unidade nacional brasileira tende a esfacelar-se ao peso da contradição entre o desenvolvimento desigual do capitalismo nos estados e a forma da Federação - nas condições criadas pela pressão imperialista.”

Esta análise será, posteriormente, retomada para explicar a Revolução de 30 (In: *Aos trabalhadores do Brasil*. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 56-65) assim como o período imediatamente posterior e a “Revolução Constitucionalista de 32”:

“Sob a pressão irresistível da crise mundial, atenazada pelas exigências do imperialismo, acuada por uma situação sem saída, perdida a sua posição de comando da máquina do Estado nacional, a burguesia paulista joga a sua cartada final, tentando recobrar pela força o poder perdido em outubro de 1930. Já que não pode mais exercer sozinha a hegemonia, ela se contenta com o controle sobre o poder, combinado com a burguesia de Minas e do Rio Grande do Sul.”(In: *Carta aos camaradas do Partido Comunista*. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 118-119).

Marcos Del Roio (1990: 172), analisando o *Esboço*, afirma que os opositoristas procuraram compreender os interesses concretos das classes dominantes, apesar de terem possivelmente exagerado o nível do capitalismo brasileiro. Demais, para vantagem da análise se eximiram de reduzir a

questão da situação brasileira à disputa entre o imperialismo inglês e o norte-americano, como fazia o PCB. Conclui que apesar disso, os opositoristas têm um projeto quase igual ao do PCB, “subjetivista e abstrato” ao propor a salvaguarda da unidade nacional através da instauração de uma ditadura proletária por meio da organização do Estado soviético no Brasil.

Consideramos que Del Roio apesar de, como vimos acima, elogiar a consistência da análise, não chegou propriamente a analisar o seu alcance. Igualmente, sua conclusão acerca da abstratividade e subjetividade da proposta política dos opositoristas fica comprometida, posto que o objetivo principal deste texto era o de fazer um esboço sobre a história do capitalismo no Brasil e da crise intra-burguesa da década de 20, e não o de traçar um projeto político. Esse caráter mais propriamente político Marcos Del Roio encontraria em documentos posteriores, já da Liga Comunista.⁹

Diríamos, então, que a Liga Comunista considerava que o capitalismo já se estabelecera em todo o Brasil e a burguesia nacional estava enredada no domínio imperialista, não possuindo, pois, condições de “edificar uma superestrutura política e social progressista” (In: *Esboço*, citado por Abramo & Karepovs, 1987: 74). Desse modo, ela repudiava veementemente qualquer possibilidade de aliança com qualquer fração da burguesia, posto que esta não estaria interessada em estabelecer a democracia burguesa. A perspectiva revolucionária dos opositoristas está claramente formulada nos documentos da própria Liga Comunista, como por exemplo, *Aos trabalhadores do Brasil* e mais ainda em *Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte*, que analisaremos a seguir.

⁹ Quando da elaboração deste texto a Liga Comunista ainda não existia. O Esboço ainda não é um texto propriamente político de uma organização que se propunha a intervir na política, mas sim um texto teórico que pretendia explicar a história brasileira. A Liga Comunista que surge alguns meses depois publicará vários textos políticos (vide a lista das fontes) nos quais suas palavras de ordem, aí sim, estão claramente expostas.

4. Estado e Revolução: a democracia burguesa e a Assembléia Constituinte

Logo na fundação da Liga Comunista os opositoristas analisam a Revolução de 30 em *Aos Trabalhadores do Brasil* (Abramo & Karepovs, 1987: 56-65). Esta teria sido desencadeada pela crise do café que teria baqueado o Partido Republicano Paulista, representante do domínio da burguesia paulista na Federação. Nesta luta entre as frações burguesas o poder passava então das mãos da burguesia paulista para o Rio Grande do Sul, Minas e o Nordeste. A vitória da Aliança Liberal significou a manutenção da unidade nacional através de um acordo da burguesia nacional, e esta unidade estaria sendo realizada graças a um acirramento da opressão sobre as “classes pobres” (In: *Aos Trabalhadores do Brasil*. Citado por Abramo & Karepovs, 1987: 60).

Marcos Del Roio (1990: 170) afirma que a análise opositorista do golpe da Aliança Liberal, formulada neste texto, apesar de mais sofisticada não era fundamentalmente diferente da do PCB.

É ainda Del Roio (1990: 170-171) quem afirma:

“Procurava-se evitar o esquematismo de ver na Aliança Liberal um ‘instrumento’ do imperialismo americano em luta contra o imperialismo inglês, como faziam os comunistas do PCB. A Liga Comunista julgava que o movimento aliancista fora feito com a finalidade de ‘manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada [...]’, mas de qualquer modo, tem de submeter, pois, sua política à política dos grandes países imperialistas’. Nessas condições, se [...] concita o proletariado a lutar pelas liberdades democráticas e pela legalização de seu partido de classe [...]’ lutando também pela convocação de uma Assembléia Constituinte”.

Sua análise, contudo, não dá o devido destaque analítico à proposta política dos opositores então formulada: a luta pelas liberdades democráticas através da palavra de ordem da convocação da Assembléia Constituinte com base no voto universal (In: *Aos Trabalhadores do Brasil*. Citado por Abramo & Karepovs, 1987: 64-65).

A convocação de uma Assembléia Constituinte é definida pela necessidade do proletariado levar avante a bandeira da democracia, que não mais seria implementada pela burguesia:

“O proletariado não se iludirá, pois, só ele, como classe verdadeiramente revolucionária e pelo caráter internacional da luta que trava contra a burguesia, pode lutar pela liberdade, pela democracia. Só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse na conquista da democracia” (Abramo & Karepovs, 1987: 62-63).

Entretanto, a palavra de ordem da Liga Comunista dirigia-se aos militantes pecebistas na perspectiva de que estes influíssem na política do partido.

A *Luta de Classe* de 1º de maio de 1931 defende mais uma vez a palavra de ordem da Assembléia Constituinte (Dulles, 1977: 382-384). O panfleto *Pão e liberdade para os operários*, de 5 de agosto de 1931, além de pedir o fim das arbitrariedades do governo contra as lideranças operárias, conclama mais uma vez pela Assembléia Constituinte (Carone, 1982: 277).

Em março de 1932 a Liga Comunista realiza uma Conferência Nacional de Oposição. Segundo Del Roio (1990: 225), nesta ocasião a LC sistematizou a elaboração teórica que vinha fazendo até então. No *Boletim de Oposição* nº 4, então editado, publicou-se o *Projeto de Teses sobre a Assembléia Constituinte*, que foi oferecido ao PCB.

Este trabalho sistematizador da teorização da Liga Comunista ofereceu-nos a possibilidade de compreender como a Oposição de Esquerda brasileira

pensava o Estado burguês, assim como a democracia e o Parlamento, além do caminho revolucionário a ser trilhado nessas condições.

A partir daí, portanto, conseguiremos entender melhor a ação da Liga Comunista na questão da Assembléia Constituinte e da unidade sindical e das forças da esquerda.

Segundo o *Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte* (Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 95), o Estado é instrumento do domínio de uma classe sobre outras:

“Seja qual for a forma de governo, o que existe sempre é a ditadura de uma classe sobre a outra”. Portanto, no capitalismo a burguesia exerce seu poder sobre as outras classes através do controle do Estado. Com exceção da “Rússia”, onde existiria a ditadura do proletariado, a burguesia “exerce o poder em todos os países do mundo” através de sua ditadura, a “ditadura da burguesia”.

Aqui o termo ditadura do proletariado, como concebiam Trotsky, Marx e Engels, tem a ver com o domínio de uma classe sobre outras, não significando, pois, uma forma de governo (Deutscher, 1988: 395).

E qual seria então a maneira de acabar com a ditadura da burguesia e instaurar a do proletariado?

“As massas exploradas e oprimidas só poderão libertar-se da dominação burguesa por meio da Revolução Proletária, que instituirá a ditadura do proletariado, baseada nos sovietes, como órgão de governo, no Partido Comunista, como organização política.” (In: *Projeto de Teses sobre a Assembléia Constituinte*. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 97).

Segundo a Liga Comunista os sovietes teriam duas importantes funções a desempenhar no processo revolucionário:

“uma, de órgãos de insurreição, como organismo de frente única das massas no período que precede a tomada do poder pelo proletariado; e outra, de órgãos de poder, após a destruição do aparelho de Estado da burguesia” (Abramo & Karepovs, 1987: 98).

Os soviets, segundo a Liga, deveriam anteceder a insurreição, quando a tomada do poder pelo proletariado afigurava-se como iminente, como no caso de uma greve geral, por exemplo (Abramo & Karepovs, 1987: 97).

O período posterior à insurreição seria um período de “duplo poder”, apenas solucionado com o fim da democracia burguesa.

“Vitorioso o proletariado [na insurreição], os soviets, ‘como órgãos de poder do proletariado, serão opostos às instituições democráticas da burguesia. Somente então soar a última hora da democracia burguesa’ (In: Trotsky, L.. *A Revolução Espanhola*, p. 93. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 98)”.

No entanto, enquanto isso não acontecesse cumpriria ao proletariado participar de todas as maneiras da democracia burguesa, pois essa participação não só teria a finalidade de destruí-la (desmascarando-a) como também de dirigir as massas que ainda tivessem ilusões para com a democracia (Abramo & Karepovs, 1987: 98). Boicotar a democracia burguesa, somente quando existir a perspectiva concreta de tomada do poder e de contrapor a democracia proletária à burguesa (Abramo & Karepovs, 1987: 99). Citando Trotsky e exemplificando com Lenin, o documento afirma que esse boicote só pode ser decidido a partir da análise da correlação de forças em cada caso particular.

Enquanto esse momento não chega, deve-se participar das instituições da democracia burguesa, a mais importante delas, o Parlamento, ainda que ele seja uma instituição destinada a enganar o povo:

“O parlamento é uma instituição da democracia burguesa, destinada a fazer crer ao povo que é ele quem governa, pois,

podendo eleger os seus representantes, não lhe seria difícil obter a maior parcela de poder.” (In: *Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte*. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 100).

A Liga Comunista formula então sua visão do Estado burguês, que diríamos ser “restrita”, pois concentra seu poder na “sociedade política” e não concebendo uma diluição do poder numa “sociedade civil” (Coutinho, 1985: 19):

“O essencial nesse aparelho de Estado [burguês] é a burocracia administrativa concentrada nos ministérios e sustentada pela polícia, pela marinha e pelo exército burgueses. ‘O mecanismo burocrático de todo Estado burguês - escreve Trotsky - qualquer que seja a sua forma, eleva-se sobre os cidadãos, fortalecendo seu poderio para fomentar uma fidelidade mútua entre as classes governantes e propagar sistematicamente, entre as massas, o temor e a subordinação aos governantes.’ (Plataforma da Oposição Russa -- La situación real de Rusia, p. 119)” (In: *Projeto de Teses sobre a Assembléia Constituinte*. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 100-101).

Destruir o parlamento sem destruir simultaneamente o próprio regime burguês não deve interessar ao proletariado, afirma o documento (Abramo & Karepovs, 1987: 101).

Para a Liga Comunista o proletariado deve em toda a sua luta contra a burguesia usufruir da democracia burguesa, lançando palavras de ordem democráticas, como a Assembléia Constituinte, por exemplo. Participar do Parlamento não só seria a maneira de “chamar as massas retrógradas à vida política” como também de denunciar a própria democracia burguesa (Abramo & Karepovs, 1987: 102).

A concepção revolucionária da Liga Comunista combinava a participação na democracia burguesa com o acirramento da luta de classes, a ser desencadeado por sovietes de caráter insurrecional:

“No caso de uma situação revolucionária, a palavra de ordem de Assembléia Constituinte pode existir perfeitamente ao lado da de sovietes. Estes são os órgãos de frente única das massas já preparadas para a insurreição; aquela é o meio de trazer para a insurreição as massas que reclamam a Constituinte, as massas que ainda esperam alguma coisa da democracia burguesa e que só se convencerão da superioridade da democracia soviética depois que tiverem tomado o poder com o Partido Proletário à frente.” (Abramo & Karepovs, 1987: 104).

Podemos ver que a Liga Comunista tem pontos de contato com aqueles a quem critica: o PCB e o Comintern. São eles: uma “concepção restrita” do Estado burguês e uma “concepção explosiva” da revolução socialista.¹⁰

No entanto, a Liga Comunista e a Oposição de Esquerda internacional não compartilham da visão catastrofista do capitalismo contida na tese do “terceiro período”. A tática de “classe contra classe” do Comintern reduziu a nada o espectro de alianças, “pois lutar pela frente única ‘pela base’ ”, segundo Del Roio (1990: 119), “não passava de um eufemismo com a finalidade de dar uma aparência de continuidade à tática política e para justificar o isolamento que os comunistas se auto-impunham”.

Ainda que, nesse período, tanto o PCB quanto a LC não aceitassem em hipótese alguma uma aliança de classe com a burguesia, a LC concebendo a participação no Parlamento burguês propunha uma política que, no final das contas, contribuía para o fortalecimento das liberdades democráticas. Inclusive, ainda segundo o Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte, mesmo quando se formasse uma situação revolucionária sem que o povo estivesse preparado, o partido comunista deveria abster-se de lutar pelo poder, pois isso seria aventureirismo:

¹⁰ Para uma discussão sobre a “concepção restrita” do Estado burguês e a “concepção explosiva” da revolução socialista ver Coutinho (1985: 15-46).

“Neste caso, o que compete à vanguarda proletária é lutar pelas massas, é conquistar a sua confiança e conduzi-las, então, à luta pelo poder.” (In: *Projeto de Teses sobre a Assembléia Constituinte*. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 104).

Na sua parte final o documento analisa a situação brasileira e as várias alternativas políticas colocadas para os comunistas. Caso a Constituinte fosse adiada pelo governo, deveria-se defender a sua imediata convocação. Caso ela fosse convocada deveria-se lutar então pela eleição de candidatos próprios, que tanto denunciariam a democracia burguesa quanto defenderiam um programa mínimo (Abramo & Karepovs, 1987: 109).

Assim:

“A tarefa da vanguarda proletária, na hipótese formulada, será, pois, de propaganda dos objetivos gerais da política revolucionária, de educação, portanto, das camadas mais profundas da população, atraídas à arena política, propaganda essa conjugada com a formulação das reivindicações concretas que as interessem imediatamente e preparem o terreno para uma etapa ulterior do movimento proletário no Brasil.” (Abramo & Karepovs, 1987: 110).

Pouco tempo depois, em maio de 1932, após o desenlace desastroso da greve dos ferroviários e de outros trabalhadores paulistas, boa parte da direção nacional do PCB foi presa e encarcerada na Ilha Grande, até o final do ano (Almanaque Abril, 1990: 13).

Nesse ínterim, a Liga Comunista:

“retomando as conclusões de sua conferência nacional, teve a iniciativa de propor ao PCB [In: *Carta aos camaradas do Partido Comunista* de 14 de julho de 1932. Citado em Abramo & Karepovs, 1987: 114 a 129] a formação de uma frente comunista para lutar pela imediata convocação de uma assembléia constituinte, pelo cumprimento das promessas da oligarquia liberal e para preparar o terreno para a convocação

de um congresso de unificação dos comunistas onde as divergências internas fossem dirimidas” (Del Roio, 1990: 225-226).

Estas propostas de reconciliação não tinham aceitação entre os pecebistas, devido à pesada propaganda do PCB, e principalmente do Komintern, contra os opositoristas de esquerda.

Certamente os opositoristas procuraram se aproveitar do fato de que a direção pecebista estava presa para tentar retornar ao partido, visto que, como sabemos, embora se considerassem oposição, fração do PCB, eles haviam sido expulsos do partido. Os documentos da Liga Comunista dirigem-se à militância pecebista procurando sempre mostrar a “justeza” de suas propostas e os equívocos da direção do PCB.

Alguns meses depois, em novembro de 1932, toma posse na secretariageral Domingos Brás, que teria expulsado Astrojildo Pereira e chamado Antonio Maciel Bonfim (“Miranda”) para assessorar a direção do PCB (Pacheco, 1984: 232 e Canale, 1985: 116). Para Del Roio (1990: 205), teria se iniciado então a transição do obreirismo para o prestismo-stalinismo.

Em abril de 1933, a Liga Comunista, através de *A Luta de Classe*, lança Campanha eleitoral - ao Partido Comunista, projeto de programa eleitoral proposto ao PCB com um programa comunista à Assembléia Constituinte já convocada, tentando assim convencê-lo mais uma vez a participar do processo eleitoral (Abramo & Karepovs, 1987: 131-141). Esse projeto é apresentado por uma carta, a mais amistosa possível, em que a aceitação da proposta formulada não teria nenhuma condição. Possivelmente, essa disposição amistosa procurava levar em conta que uma nova direção havia se estabelecido no PCB.

No final do mês, 29 de abril, a Liga Comunista, ao constatar que o PCB não aceitara sua proposta eleitoral nem lançara nenhum candidato, lança Aristides Lobo como “candidato do comunismo à Assembléia Constituinte”. Prontamente, no mesmo dia, o partido lança os nomes de Jonas Trombini e

Attila Borges Dias (Abramo & Karepovs, 1987: 131 - nota 57). Ainda segundo Abramo & Karepovs (1987: 131 - nota 57), isso fez com que a LC “coerente com sua postura de fração do PCB, retirasse a candidatura de Aristides Lobo e passasse a apoiar os candidatos do partido”.

5. A Liga Comunista e a política de frente única (sindical e das forças de esquerda)

A Liga Comunista compartilhava da crítica da Oposição de Esquerda internacional ao Comintern por este recusar-se a participar de frentes únicas. A LC tem, pois, na questão da frente única a base de sua atuação com as esquerdas e com o movimento sindical.

Segundo os *Estatutos da Liga Comunista* (citado em Abramo & Karepovs, 1987: 179), a frente única seria um de seus “princípios fundamentais”:

“(h) reconhecimento da necessidade de uma larga POLÍTICA DE FRENTE ÚNICA relativamente às organizações de massa, tanto sindicais como políticas, inclusive a social-democracia como partido. Condenação da palavra de ordem ultimata ‘só pela base’, que significa praticamente a recusa a uma política de frente única e, por conseguinte, a recusa a formar sovietes. [...]” .

A Liga Comunista tem na frente única das esquerdas o pressuposto tático que nortearia sua ação política. As questões da Assembléia Constituinte, da política sindical, da luta antifascista e das alianças políticas se baseiam assim na frente única.

Pouco depois da promulgação (19 de março de 1931) da Lei federal nº 19.770, que atrelou o movimento sindical ao Estado, os oposicionistas de esquerda analisam-na nas páginas do seu jornal *A Luta de Classe* (1º de maio

de 1931): “lei mussolinesca de sindicalização de classes” que “vem acentuar ainda mais o que está dominando o governo no Brasil: um espírito fascista em processo de cristalização.” (Antunes, 1982: 112). A Liga Comunista, portanto, repudia veementemente a política sindical do governo Vargas.

A princípio os oposicionistas de esquerda colocaram-se contra os sindicatos oficiais, que recebiam autorização federal para funcionarem. Depois de esgotadas todas as possibilidades, optaram por entrar nesses sindicatos “tentando reverter por dentro a estrutura sindical” (Abramo & Karepovs, 1987: 114). Lembramos que a política de frente única sindical não se efetivaria em sindicatos sem base nem naqueles que não representassem a diversidade ideológica dos trabalhadores.

Na *Carta aos camaradas do Partido Comunista* (citado em Abramo & Karepovs, 1987: 124) os oposicionistas fazem sérias críticas à política sindical do PCB, críticas que lembram aquelas feitas pela Oposição Sindical:

“(a) Não devemos opor, como o Partido o vem fazendo, uma barreira entre os interesses superiores, históricos, finais do proletariado - a conquista do poder político pela insurreição - a os interesses diários, simples, econômicos ou mesmo corporativos das massas proletárias. Ao contrário, precisamos uní-los, e fazer da luta pelos últimos uma etapa NATURAL da luta final pelos primeiros.[...] (b) Antes de gritarmos, como o Partido o vem fazendo, inútil e irresponsavelmente - Viva a C.G.T.! ou Viva a Federação Sindical ! - que se tornam assim simples entidades abstratas, bandeiras partidárias, provocando de antemão prevenções e antipatias dos elementos operários não comunistas, é necessário partir modestamente do princípio.”.

O ponto (b) contém também uma crítica à política pecebista de lançar propostas sindicais sem se ater à especificidade das questões operárias e da própria amplitude política do movimento operário. Assim, as propostas ao movimento operário lançadas pelo PCB são mais “partidárias” do que propriamente “sindicais”.

A unidade sindical almejada pelos comunistas - pecebistas ou oposicionistas - deveria, pois, segundo a Liga Comunista, ser alcançada através da efetivação de uma verdadeira frente única.

O biênio 1933-1934 assiste, como já vimos, a uma intensa atividade da frágil sociedade civil brasileira e abarca também, sintomaticamente, o período de maior atividade e combatividade política dos oposicionistas de esquerda brasileiros. Eles se batem tanto pela unificação sindical (em São Paulo, principalmente) quanto pela unificação das esquerdas; primeiro dos comunistas (“stalinistas” e trotskistas em 1932) e depois das esquerdas paulistas, na Frente Única Antifascista (FUA): socialistas, anarquistas, trotskistas e até pecebistas paulistas.

O ponto culminante dessa política é o combate entre fascistas e antifascistas (FUA) na Praça da Sé a 7 de outubro de 1934.

Del Roio (1990: 242) define a diferença entre a FUA e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Enquanto esta propunha uma frente ampla da sociedade civil contra o imperialismo, aceitando inclusive a burguesia nacional nacionalista, aquela propunha uma frente que abarcaria apenas a esquerda, já que a burguesia não era vista como um aliada confiável de acordo com o pensamento de Trotsky.

Já Marly Vianna (1992: 135) vê uma continuidade política entre a FUA e a ANL. Era como se a ANL fosse o desdobramento político da FUA.

Entre 6 e 10 de maio de 1933 acontece a I Conferência Nacional da Liga Comunista do Brasil (Abramo & Karepovs, 1987: 9).

A partir dessa conferência a Liga Comunista inicia a política de frente única de esquerda - ampliando a natimorta frente comunista proposta em julho de 1932, não aceita pelo PCB -, que culminará na formação da FUA.

Já no dia 27 de maio, talvez por resolução da referida conferência, é lançado em São Paulo o jornal antifascista *O Homem Livre*, de determinante influência “trotskista” (Abramo, 1984: 15 e 90). Esse jornal será muito importante na política de aproximação das esquerdas paulistas, proposta pelos oposicionistas de esquerda.

No dia 10 de junho de 1933, “numa manifestação pública realizada na sede da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP), foi oficialmente proposta a formação da Frente Única Antifascista (FUA), na presença de trotskistas, socialistas, anarco-sindicalistas e imigrantes italianos antifascistas” (Del Roio, 1990: 238; veja também Abramo, 1984: 17). Quinze dias depois, a 25 de junho, a FUA é oficialmente fundada, na sede da União Cívica 5 de julho (Abramo, 1984: 18 e Del Roio, 1990: 238).

A 11 de julho ocorre o lançamento público da FUA e três dias depois (dia 14) acontece a sua primeira manifestação pública, na sede da Lega Lombarda, quando é então lançado o *Manifesto da Frente Única Antifascista* (Abramo, 1984: 90; documento publicado integralmente entre as páginas 75 e 77).

A FUA promoveu várias manifestações em São Paulo, que conseguiram reunir várias organizações de esquerda. Além disso, ela procurou reunir todas as organizações de esquerda paulistas.

A Coligação dos Sindicatos Proletários, criada no mesmo processo que levou a formação da FUA, procurou unificar o movimento sindical paulista na luta contra o perigo fascista, representado pela integralismo da AIB.

Nos dias 27 e 28 de agosto acontece em Paris a Conferência da Oposição de Esquerda internacional, reunindo 14 organizações “socialistas de esquerda ou opositoristas comunistas”, que conclama a construção de uma IV Internacional (Marie, 1990: 59).

Nove meses depois, seguindo as resoluções da Oposição de Esquerda Internacional, os opositoristas brasileiros deixam de se considerar fração opositorista do PCB e fundam a Liga Comunista Internacionalista (1º de maio de 1934).

A Liga Comunista Internacionalista continua, então, sua política de unidade das esquerdas. No entanto, a perda da possibilidade de retornar ou, pelo menos, de influir nos rumos do PCB e a forte repressão getulista ao Levante de 1935 aceleram a desagregação do grupo trotskista.

6. Conclusão

A luta pela Assembléia Constituinte não foi, como vimos, uma bandeira de luta apenas da oligarquia paulista. A esquerda paulista em seus dois grupos mais importantes, a Liga Comunista e o Partido Socialista Brasileiro, realizaram uma vigorosa ação política pela sua convocação e pela eleição de deputados que representassem os interesses dos trabalhadores. A ação desses dois grupos lançaram algumas das bases de uma “cultura política”¹¹ de esquerda que a partir dos anos 40 defenderá uma via revolucionária que privilegia a democracia como elemento estratégico e não meramente tático, como considerava o PCB. Não devemos esquecer que o ulterior Partido Socialista Brasileiro da década de 50 e importantes intelectuais defensores do socialismo com democracia fizeram parte destas duas organizações da década de 30. No entanto, o Levante Comunista de 35 e o Estado Novo bloquearam tanto entre a esquerda quanto para a sociedade civil brasileira o amadurecimento dessa “cultura política”, que permanecerá marginal até pelo menos a década de 70.

7. Fontes Impressas utilizadas:

Carta aos camaradas do Partido Comunista

A Constituinte dos ricos

Esboço de uma análise sobre a situação econômica e social do Brasil

¹¹ Consideramos aqui cultura política “um sistema de representações baseado numa certa visão do mundo, numa leitura significativa, senão exata, do passado histórico, na escolha de um sistema institucional e de uma sociedade ideal conforme os modelos admitidos, e que se exprime por um discurso codificado em símbolos, ritos e que o evoca sem que uma outra mediação seja necessária” (Berstein, 1992: 71).

Estatutos da Liga Comunista
 Pão e liberdade para os operários
 Manifesto da frente única
 Projeto de teses sobre a situação nacional
 Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte
 Aos trabalhadores do Brasil
 OBS.: Todas publicadas em Abramo & Karepovs (1987)

8. Bibliografia:

- ABRAMO, Fúlvio. 1984. “7 de outubro de 1934 - 50 anos” *Cadernos Cemap*. São Paulo, ano I, nº 1, p. 3-65. out..
- ABRAMO, Fúlvio & KAREPOVS, Dainis (org.). 1987. *Na contracorrente da história, 1930-1933*. São Paulo, Brasiliense.
- ALMANAQUE ABRIL. 1990. *Brasil, dia-a-dia*. São Paulo: Editora Abril.
- ANTUNES, Ricardo. 1982. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo, Cortez Autores Associados.
- BERSTEIN, Serge. 1992. “L’historien et la culture politique” *Vingtième siècle - Revue d’histoire*. Paris, (35): 67-77, juil.-sept.
- CANALE, Dario. 1985. “A Internacional Comunista e o Brasil: 1920-1935” In: TAVARES, José Nilo. (org.) *Novembro de 35: meio século depois*. Petrópolis, Vozes.
- CARONE, Edgard. 1982. *PCB, 1922-1943*. São Paulo, DIFEL.
- _____. 1991. *Brasil, anos de crise (1930-1945)*. São Paulo, Ed. Ática.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. 1993. *A Oposição de Esquerda brasileira (1928-1934): teoria e práxis*. Niterói, ICHF/UFF. [dissertação de mestrado]
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1985. *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense.

- _____. 1988. *Gramsci*. Rio de Janeiro, Campus.
- DEL ROIO, Marcos. 1990. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- DEUTSCHER, Tamara. 1988. "Trotskismo" In: BOTTOMORE, Tom. (ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 394-395.
- DULLES, J. W. 1977. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FERREIRA, Pedro Roberto. 1993. *O conceito de revolução da esquerda brasileira, 1920-1946*. São Paulo, PUC. Capítulo V
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. 1989. *Vargas, o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo, Brasiliense.
- GOMES, Angela de Castro. 1980. "Apresentação". In: *Regionalização e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. p. 15-18.
- _____. 1986. "Confronto e compromisso no processo de constitucionalização, 1930-1935", In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, DIFEL. tomo III, vol. 3.
- _____. 1988. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Ed. Vértice.
- KONDER, Leandro. 1988. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro, Campus.
- MARIE, Jean-Jacques. 1990. *O trotskismo*. São Paulo, Perspectiva.
- MOTA, Carlos Guilherme. 1980. *Ideologia da cultura brasileira*. 4ª ed. 2ª impressão. São Paulo, Ática.
- PACHECO, Eliezer. 1984. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- VIANNA, Marly. 1992. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras.